Estratégia
CARREIRA JURÍDICA

Plano de Estudos para PGM Contagem

Prof. Igor Maciel
Prof. Ricardo Torques

APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR E DO MATERIAL

Olá pessoal, tudo bem?

Me chamo **Igor Maciel** e sou professor do Estratégia Carreira Jurídica de Fazenda Pública em Juízo e Direitos Difusos e Coletivos. Sou um entusiasta dos concursos de advocacia pública e aqui no Estratégia estou à frente dos cursos de Discursivas (peças, pareceres e questões) focados em Procuradorias Estaduais, Municipais, Legislativas e na própria AGU.

Deixo abaixo minhas redes sociais para qualquer dúvida, crítica ou sugestão sobre o material. Espero que vocês gostem!

@Prof Igor Maciel

Me chamo **Ricardo Torques**.

Sou graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pós-graduado em Direito Processual. Estou envolvido com concurso público há 10 anos aproximadamente, quando ainda estava na faculdade. Trabalhei no Ministério da Fazenda, no cargo de ATA. Fui aprovado para o cargo Fiscal de Tributos na Prefeitura de São José dos Pinhais/PR e para os cargos de Técnico Administrativo e Analista Judiciário nos TRT 4ª, 1º e 9º Regiões. Hoje, sou professor em dedicação exclusiva, por paixão!

Quanto à atividade de professor, leciono exclusivamente para concursos, com foco na elaboração de materiais em pdf. Temos, atualmente, cursos em Direitos Humanos, Direito Eleitoral e Direito Processual Civil.

Coordeno, no Estratégia Concursos, cursos para a área jurídica (a exemplo da magistratura, MP, procurador, promotor e defensor) e para o Exame de Ordem.

Deixarei abaixo meus contatos para quaisquer dúvidas ou sugestões. Terei o prazer em orientá-los da melhor forma possível nesta caminhada que estamos iniciando.

E-mail: rst.estrategia@gmail.com **Instagram:** https://www.instagram.com/proftorques

Hoje queremos apresentar para vocês um **plano de estudos** completo para quem está se preparando para concursos de advocacia pública. Esperamos que vocês aproveitem nosso material que ficou bem legal! Grande abraço,

Prof. Ricardo Torques e Prof. Igor Maciel

SUMÁRIO

Apresentação do professor e do material 2

Sumário 3

1 – O Estudo para Procuradorias 4

1.1 Principais matérias cobradas 4

1.2 Outras matérias cobradas 6

1.3 É possível conciliar o estudo para Adv Pública com outras Carreiras Jurídicas? 7

1.4 Conciliar o estudo para PGE, PGM e AGU 8

1.5 Conciliar o estudo para advocacia pública com o Exame de Ordem 9

1.6 Conclusões 9

2- Edital PGM Contagem 10

2.1 – Prova Objetiva 10

2.2 – Prova Discursiva 11

3 – Organização dos estudos 11

3.1 - Ciclos de Estudos 11

3.2 - Tempo 12

Não se imponha metas inatingíveis ("vou passar em 1 ano!"). 13

Quando você for estudar, estude. 13

Faça pausas 13

3.3 - Estratégias úteis 14

Não estudar apenas uma matéria 14

Faça revisões periódicas 14

3.4 - Descanso 14

3.5 - Conclusões 15

4 - Plano de Estudos 16

4.1 - Horas líquidas de estudos 17

4.2 - Definição das matérias estudadas 18

4.3 - Mas por onde começar? 20

4.4 - Como estudar questões? 21

4.5 - Como monitorar meus estudos? 21

4.6 – Professores, ainda tenho dificuldades. 22

1 – O ESTUDO PARA PROCURADORIAS

Os advogados públicos são profissionais da área jurídica responsáveis pela defesa do Estado em juízo e fora dele, além de exercerem as funções de consultoria e assessoramento jurídicos do ente público. Os concursos para estas carreiras tem sido extremamente disputados nos últimos anos, especialmente em razão de três fatores:

Alto volume de editais lançados e previstos;	**Possibilidade de Advocacia Privada (na maioria das procuradorias);**	**Alto valor remuneratório;**	**Maior flexibilidade na exigência de prática jurídica.**

Não à toa, muitos alunos que ainda estão se preparando para o Exame de Ordem já pensam em alinhar o estudo também para procuradorias. Da mesma forma, muitos profissionais que já estão há algum empo na advocacia também sonham em agregar o cargo público de procurador ao currículo.

Mas qual a forma ideal de preparação? Existe um segredo do sucesso? Existe um caminho mais rápido a ser seguido? É possível conciliar o estudo para múltiplas procuradorias? E o estudo para PGM, PGE e AGU, é possível conciliar? Qual a melhor forma de organizar os estudos?

Estas são grandes dúvidas dos candidatos que tentaremos responder neste material.

1.1 PRINCIPAIS MATÉRIAS COBRADAS

As bancas de concurso em geral, sejam elas tradicionais (CESPE, FCC, VUNESP ou FGV, por exemplo) ou locais (bancas próprias, por exemplo), costumam cobrar em concursos públicos aspectos relacionados à atuação prática do cargo para o qual se está avaliando.

Assim, em uma prova de Defensoria Pública Estadual temas como Direito da Criança e do Adolescente, Direito do Consumidor e Direito de Família possuem uma relevância muito maior na prova do que um concurso para Delegado da Polícia Federal, por exemplo.

Nesta linha de raciocínio, os advogados públicos, como o próprio termo sugere, são os causídicos que atuam em favor do ente público em juízo e fora dele. Logo, no seu âmbito de atuação, será constante o aparecimento de temas de Direito Administrativo, de Direito Tributário e de Direito Constitucional.

E isto se reflete na prática dos concursos.

Existe um **quarteto fantástico** em concursos de advocacia pública que sempre correspondem a pelo menos 50% (cinquenta por cento) da cobrança em provas objetivas:

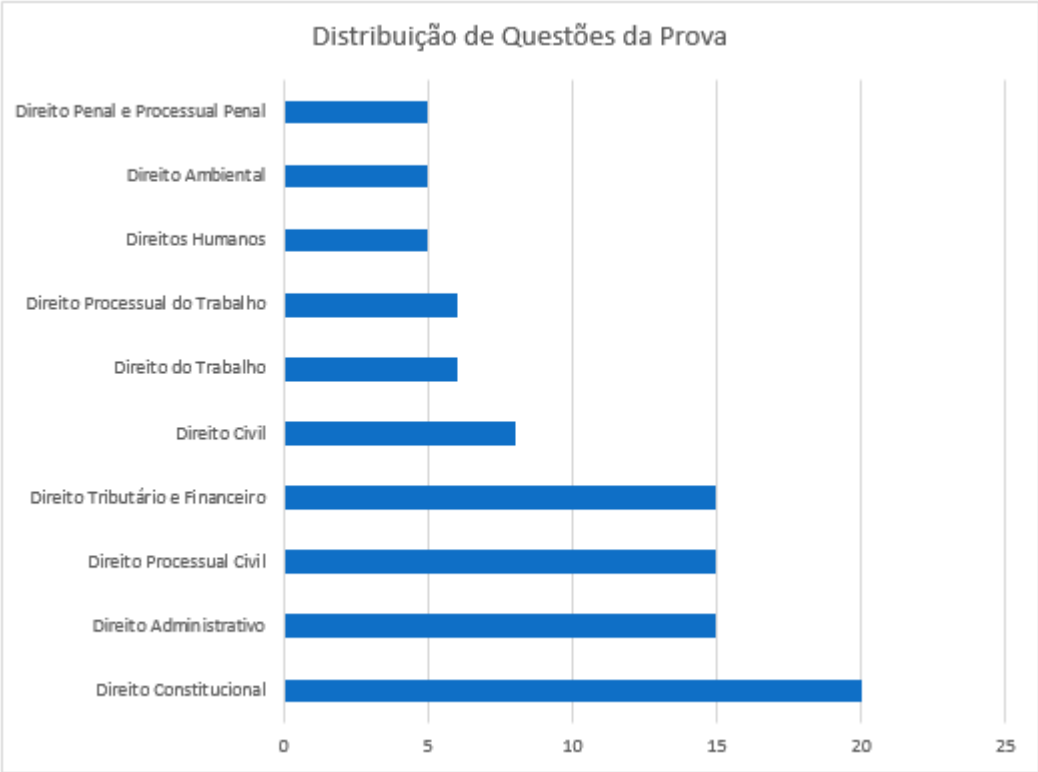
Direito Constitucional	Direito Administrativo	Direito Tributário	Direito Processual Civil

Acrescente-se, ainda, uma disciplina aprimorada pelo grande mestre Leonardo Carneiro da Cunha chamada de **Fazenda Pública em Juízo**. Trata-se do direito processual visto à luz da Fazenda Pública.

Temas como Mandado de Segurança, Execução Fiscal, Improbidade Administrativa (aspectos processuais) e Recursos utilizados pela Fazenda Pública são de extrema importância para concursos de Procuradoria.

Eu diria até que dominando profundamente estas cinco matérias: Constitucional, Administrativo, Tributário, Processo Civil e Fazenda Pública em Juízo, você será capaz de realizar mais de 60% (sessenta por cento) de qualquer prova objetiva de procuradoria.

Apenas para se ter uma ideia, no concurso realizado pela Procuradoria do Estado do Maranhão (FCC/2016), estas matérias corresponderam a cerca de 70% (setenta por cento) da prova objetiva:



Além disso, estas matérias serão certamente (e aqui podemos fincar 100% de certeza) cobradas nas fases discursivas destes concursos. Afinal, o que será cobrado em uma peça prática de procuradoria que não a atuação da fazenda pública em juízo?

1.2 OUTRAS MATÉRIAS COBRADAS

Com o aumento da concorrência, faz-se necessário que o aluno obtenha bons resultados também nas demais matérias cobradas nas provas. Podemos destacar que tanto em provas de Procuradorias Estaduais, Municipais e Federais também encontramos com bastante frequência (quase sempre) as seguintes disciplinas:

- **Direito Civil**
- **Direito Financeiro**
- **Direito Ambiental**
- **Direito do Trabalho**
- **Processo do Trabalho**
- **Previdenciário (Certeza na AGU, apenas)**
- **Urbanístico (Certeza em PGMs, apenas)**

Naturalmente, estas matérias também devem ser dominadas pelo candidato, especialmente os temas que mais envolvem a atuação prática do advogado público. A título de exemplo, em **Direito Civil** há uma cobrança bem mais acentuada da parte de obrigações, contratos e direitos reais do que da parte de direito de família.

Por outro lado, existem matérias que possuem uma **cobrança eventual** nos concursos de advocacia pública em geral e que a cobrança apenas poderá ser assegurada após a publicação do respectivo edital:

- **Direito Penal**
- **Processo Penal**
- **Direitos Humanos**
- **Direito Agrário**
- **Direito Municipal**

É certo que os editais podem sofrer alguma variação, mas se estamos pensando em um estudo de médio ou longo prazo, a orientação pode, sem dúvidas, basear-se neste panorama.

FIQUE ATENTO!

Professores, é possível conciliar o estudo de advocacia pública com o estudo para outras carreiras jurídicas?

1.3 É POSSÍVEL CONCILIAR O ESTUDO PARA ADV PÚBLICA COM OUTRAS CARREIRAS JURÍDICAS?

Amigos, entendemos que **não**.

Como dito acima, é comum que as bancas de concursos cobrem a atuação prática do cargo que está sendo avaliado nas provas. Desta forma, há uma tendência muito forte de cobrança nas diversas carreiras de matérias totalmente díspares.

Enquanto na advocacia pública, a cobrança de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho é quase certa, no Ministério Público Estadual será quase impossível.

O estudo sem um foco definido poderá ter, portanto, consequências desastrosas para uma preparação, dado que o aluno **ou** estudará "demais" para uma carreira **ou** "de menos".

E tem mais.

O foco da cobrança (e a expectativa de resposta) também dentro da carreira poderá variar.

CURIOSIDADE

Imagine que na sua prova discursiva a banca cobrou um caso concreto sobre a necessidade de o Estado garantir o fornecimento de um medicamento a um paciente hipotético.

Em essência, é possível a intervenção do Poder Judiciário em Políticas Públicas?

Percebam que em concursos de advocacia pública a resposta esperada provavelmente seria negativa com uma discussão de Direito Financeiro e Constitucional (reserva do possível, limite orçamentário, separação dos poderes).

Já na Defensoria Pública, a resposta esperada provavelmente seria positiva (e aqui falo de forma absolutamente hipotética) com argumentos como mínimo existencial, dignidade da pessoa humana e limite dos limites / restrições das restrições.

Portanto, a mesma cobrança, o mesmo assunto e a possibilidade de respostas diferentes, em razão do concurso que se pretende.

FIQUE ATENTO!

Mas professores, se existe variação entre os editais da PGM, PGE e AGU, é possível conciliar o estudo para estas carreiras?

1.4 CONCILIAR O ESTUDO PARA PGE, PGM E AGU

Esta é uma pergunta recorrente entre os alunos: é possível conciliar o estudo entre as mais variadas carreiras de advocacia pública?

Entendemos que sim e não vemos muita dificuldade nisso.

Sim, é certo que o foco de cada carreira é bastante específico. Por exemplo, não faz o menor sentido eu estudar, aprofundar e me tornar perito em tributos municipais, se meu foco é a procuradoria estadual. Isto é fato!

Contudo, existe uma matriz comum relativa a estes concursos que envolve cerca de 80 a 85% do conteúdo neles cobrados.

Assim, se o aluno focar neste pedaço do edital (este espaço comum a todas as procuradorias) antes do edital basta, após a publicação deste, dedicar-se a revisar o que já estudou e aprofundar o percentual restante (algo em torno de 15 a 20%). Na nossa visão, absolutamente possível, até porque o foco permanece um só: **advocacia pública.**

Propomos, portanto, o estudo das seguintes matérias com a leitura de todo o conteúdo (inclusive tributos estaduais, municipais e federais), sem o aprofundamento / decorar nada muito específico, a exemplo de tributos municipais em espécie. Vejam, a leitura, estudo e aulas em vídeo devem ser feitas, mas aquela revisão final com resumos muito específica não é recomendada.

Matérias de estudo sugeridas:

Direito Constitucional	**Direito Administrativo**	**Direito Tributário**	**Direito Processual Civil**
Fazenda Pública	**Direito Civil**	**Direito Financeiro**	**Direito Ambiental**
Direito do Trabalho	**Processo do Trabalho**	**Previdenciário (Constituição e Aspectos gerais)**	**Urbanístico (Constituição e Estatuto das Cidades)**

Nestas matérias, o aluno deve estudar o conteúdo, fazer revisões e responder questões, deixando o aprofundamento dos pontos específicos- como dito acima – para o momento posterior à publicação do Edital, se for o caso.

Naturalmente, se você já possui a certeza do concurso que você almeja, esta orientação não é para você.

1.5 CONCILIAR O ESTUDO PARA ADVOCACIA PÚBLICA COM O EXAME DE ORDEM

A Fundação Getúlio Vargas, banca organizadora do Exame de Ordem, tem se especializado cada vez mais na elaboração de provas de concursos, inclusive de procuradorias, oportunidade em que podemos destacar o concurso para Procurador da ALERJ (2017).

Analisando-se as provas de concursos e também as provas de Exame de Ordem, percebe-se que é cada vez mais comum uma certa similitude na cobrança de determinadas questões, o que tem redundado em um inevitável aumento do nível de cobrança da própria prova da OAB.

Qual a diferença?

Na prova da OAB não existe concorrência: você precisa acertar 50% (cinquenta por cento) das questões da 1ª fase e pronto. No concurso, não. São aprovados apenas aqueles candidatos que ficam entre os 200 (duzentos) primeiros, por exemplo.

Assim, é perfeitamente possível conciliar o estudo para o Exame de Ordem com procuradorias, desde que feitos pequenos ajustes no cronograma de estudos. Naturalmente, você será um **monstro** na OAB quando chegar ao nível de comprometimento exigido por um concurso jurídico.

Sugerimos também que você escolha como opção da 2ª fase da sua OAB matérias afetas ao dia a dia da advocacia pública, especificamente uma destas matérias: **tributário, constitucional ou administrativo.** Desta forma o seu estudo para a segunda fase já abordará parcialmente o eventual estudo para provas discursivas de procuradorias.

1.6 CONCLUSÕES

O estudo para procuradorias exige o que muitos professores chamam de um “pensar diferenciado”. Você precisará estudar focando na melhor defesa para a administração pública e como isso poderá ser cobrado em prova.

Desta forma, não existe um estudo isolado de cada tema. A análise dos conteúdos precisa ser feita tomando por base o foco do cargo que será exercido.

Se você chegou até aqui na leitura do material e ainda não desistiu, te convido a elaborarmos juntos um plano de estudos.

2- EDITAL PGM CONTAGEM

O edital da PGM Contagem/MG - publicado na última semana – teve a previsão de cinco vagas para a classe inicial da carreira de Procurador, com remuneração inicial de R$ 12.202,05.

Os interessados poderão se inscrever entre os dias 23 de maio e 23 de junho de 2019, exclusivamente pela internet, no portal da FUNDEP, banca organizadora do certame. O valor da taxa de inscrição é de R$ 150,00.

Das cinco vagas ofertadas, uma é reservada para candidatos com deficiência e uma para candidatos negros. Três vagas são ofertadas em ampla concorrência.

A remuneração inicial dos novos procuradores é composta por uma parcela fixa, de R$ R$ 7.500,00 e por uma parcela variável, relativa a honorários de sucumbência, no valor mínimo de R$ 4.702,05.

O certame contará com prova objetiva, discursiva e de títulos. A primeira etapa do certame está prevista para ocorrer no dia **11 de agosto de 2019**.

2.1 – PROVA OBJETIVA

A prova objetiva contará com 100 questões divididas da seguinte forma:

Prova/ tipo	Área de conhecimento	Nº de questões	Caráter
	Direito Administrativo	15	
	Direito Constitucional	15	
	Direito Processual Civil	15	
	Direito Tributário e Financeiro	15	
	Legislação Específica	10	
	Direito do Trabalho e Processual do Trabalho	10	
	Direito Civil	10	
Prova Objetiva	Direito Urbanístico e Ambiental	10	Eliminatório e classificatório

Assim, 60% (sessenta por cento) da prova envolverá as disciplinas do nosso "quarteto de procuradorias", elencado acima (se aqui considerarmos o direito financeiro dentro de Tributário).

Além disso, a banca irá cobrar 10 questões de Direito Civil, 10 questões de Urbanístico e Ambiental e 10 questões de Trabalho e Processo do Trabalho.

Por fim, a banca cobrará 10 questões de Legislação Específica, cujo conteúdo, em essência, será "Direito Municipal", ou o Direito visto através dos "olhos" do Município de Contagem (aspectos constitucionais, direito administrativo, tributário, dentre outros).

O fato é que: estudando constitucional (Organização dos Municípios – Item 11 do Edital), o candidato praticamente "mata" o item 1 de "Legislação Municipal" (Municípios: competências ...).

2.2 – PROVA DISCURSIVA

Já a prova discursiva envolverá apenas o "quarteto" de procuradorias e a cobrança de uma peça jurídica (peça ou parecer), além da cobrança de 1 questão discursiva de Direito Civil.

Assim, o estudo do bloco inicial (temas quentes do "quarteto") já garante o principal fôlego do candidato na segunda fase.

E, tendo em vista que a prova ocorrerá no dia **06 de outubro de 2019** (menos de dois meses após a primeira etapa), o candidato poderá aprofundar os aspectos práticos de redação de peças para um momento posterior ao dia 11 de agosto.

Agora: foco total na objetiva (fazendo resumo dos temas quentes).

3 – ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS

A **chave do sucesso** para aprovação em qualquer concurso envolve um quarteto: **planejamento, estratégia, um bom material de estudos e dedicação.** Não adianta o aluno ter o melhor material, o melhor planejamento, a melhor estratégia e não se dedicar ou manter o foco.

Neste momento, quero conversar com você sobre o planejamento e a estratégia. Com o material de estudos, o Estratégia também pode te ajudar. Contudo, a **dedicação** precisa ser com você. Afinal, aqui vale a máxima ***"no pain no gain"***.

Se você estiver disposto a pagar o preço do sucesso, este material pode te ajudar.

3.1 - CICLOS DE ESTUDOS

Entendemos que a melhor maneira de se estudar para concursos – e isto é algo bastante pessoal – é através de ciclos. Estes poderão ser organizados de forma proporcional ao volume de conteúdo e cobrança de cada matéria, alternando-se o estudo de todas as matérias objeto do certame escolhido.

Assim, inicialmente, você deve delimitar o tempo que dedicará aos estudos. Feito isso, poderá adaptar o ciclo dentro da sua disponibilidade. Caso você disponha de mais tempo diário de estudos, por exemplo, 8 horas diárias, o ciclo ficará mais curto.

Se você dispuser de 4 horas diárias, naturalmente o período do ciclo irá se alongar um pouco mais. Não isso não é problema, pois cada um tem um ritmo de estudos e um tempo para chegar à sonhada aprovação. O importante é: decidido a estudar para concurso, você deve fazê-lo de forma profissional, aproveitando o tempo da melhor forma possível!

Mais uma observação quanto à delimitação do tempo de estudos. **Não se empolgue! "Eu irei estudar 12 horas diárias!"**

Pense que o projeto que você irá desenvolver é um **emprego temporário. Registre ponto!** Você deve estudar todos os dias na forma como você estabelecer esse contrato. Não serão admitidas faltas ou descompromisso. Portanto, não exagere, caso contrário você não irá conseguir cumprir o cronograma. Não dar conta do planejamento, certamente, irá desmotivá-lo.

Não raras vezes, iniciamos com muito vigor, mas cansamos. Em decorrência disso, o candidato acha que é o culpado, minimiza a sua capacidade, a sua força de vontade. Mas muito provavelmente não é isso. Pode ser que você tenha criado uma expectativa muito grande, não exequível!

CURIOSIDADE

Em números!

Se você estudar 4 horas diárias, de segunda a sábado, ao longo de 1 ano você terá estudado 1248 horas!

Considerando a experiência e conhecimento jurídico prévios, se estudado de forma correta, será o suficiente para ser aprovado em qualquer concurso de advocacia pública.

Nesse momento, se você pretende estudar para um concurso que sequer tem edital autorizado, seguramente você terá esse tempo para estudar.

Além disso, independentemente do seu ritmo de estudos, se mais rápido ou mais devagar, ao final de cada ciclo você terá estudado todas as matérias da ementa escolhida de acordo com a importância de cada uma delas para a sua prova. É a melhor forma de organizar os estudos!

3.2 - TEMPO

O tempo sempre será um vilão ou um aliado, a depender da forma que você o observe.

A diferença é que para todos os candidatos do concurso, sem exceção, os prazos são os mesmos e os dias de todos possuem 24 (vinte e quatro) horas.

Mas professor, eu trabalho.
Mas professor, eu tenho faculdade.
Mas professor, eu tenho filhos.
Mas professor, eu viajo muito.
Mas professor, eu não tenho dinheiro.
Mas professor, outros candidatos tem muito mais benefícios que eu.

LEITURA OBRIGATÓRIA

As razões todo mundo sabe. Você vai fazer delas uma desculpa ou combustível para o sucesso?

O segredo, sem dúvidas é saber administrar o seu tempo. Não se engane. Tradicionalmente quem mais tem tempo é quem menos estuda, por acabar "ocupando" o tempo com atividades de menor importância.

Por outro lado, quem possui o tempo curto, acaba extraindo o máximo de eficiência no pouco tempo que dispõe.

Algumas dicas nesta gestão de tempo são úteis:

Não se imponha metas inatingíveis ("vou passar em 1 ano!").

Metas assim geralmente possuem um efeito negativo: frustração, dor, sentimento de incapacidade, ao invés de motivarem.

Quando você for estudar, estude.

Parece brincadeira, mas não é. Esqueça celular, telefone, criança, filho, esposa, mãe, pai, cachorro... tudo! O momento de estudo é um momento seu. Seu trabalho. Seu momento.

Coloque uma garrafa de água e uma xícara de café e reduza as interrupções da sua concentração.

Assim, quando você for estudar **uma hora**, realmente estude por uma hora.

Eu particularmente não troco uma hora de estudos minha por duas ou três horas de muitas pessoas.

Faça pausas

Ao longo do período diário de estudos é fundamental que você **faça pausas**.

Estudos científicos demonstram que a capacidade de absorção é inversamente proporcional ao tempo seguido e contínuo dedicado aos estudos.

Na primeira hora a capacidade de aprendizado é ótima. Se você seguir de forma ininterrupta na segunda hora a capacidade de absorção será reduzida. Assim, sugere-se fazer pequenas pausas, de 10 a 15 minutos, para retomada dos estudos com vigor!

3.3 - ESTRATÉGIAS ÚTEIS

Definir uma estratégia de estudos é realmente importante. Isto não significa que existe uma fórmula mágica ideal que terá aplicação para todas as pessoas do mundo. O que podemos fazer neste momento é apresentar ideias que já funcionaram com outras pessoas para você avaliar se na sua vida estas estratégias funcionam ou não.

Não estudar apenas uma matéria

Entendemos que você **não deve estudar apenas uma matéria ao longo do dia**. Isso deixará o estudo mais cansativo e gerará uma falta de motivação que será prejudicial para o aproveitamento.

Por exemplo, se você gosta de Direito Constitucional e Direito Civil, mas não gosta de Direito Penal, poderá iniciar os estudos com Direito Constitucional para iniciar com força total. Após, você estuda Direito Penal e, ao final, para manter a motivação, estuda Direito Civil.

Não deixe para encerrar os estudos com Direito Penal, pois você estará cansado e desmotivado. Da mesma forma, não inicie com a disciplina que você mais possui aversão, pois a má-disposição poderá afetar o restante dos seus estudos.

Com isso você aproveitará a motivação extra de disciplinas que você tem mais apreço e intercalará com outras que você não gosta tanto. É uma forma inteligente de você usar a motivação a seu favor. **Lembre-se: tudo o que fizer com vontade, de forma proativa, motivado, verterá melhor resultado!**

Faça revisões periódicas

Além disso, é fundamental que você faça uma **revisão periódica** das partes principais daquilo que você já estudou. Dado o volume de informações, nós sugerimos dois métodos de revisão insertos no ciclo: um primeiro a ser realizado **semanalmente** e outro ao **final do ciclo**.

Ao final de uma semana de estudos você terá visto um contingente significativo de conteúdo, logo poderá destacar parte do dia de estudo para revisar a matéria estudada ao longo da semana. É uma forma de alimentar e solidificar os conteúdos estudados.

Além disso, ao final do ciclo você reservará outra parcela do cronograma de estudos para retomar aquilo que estudou ao longo das semanas anteriores.

3.4 - DESCANSO

Um amigo uma vez me disse algo verdadeiro: concurso público se compara a uma maratona e não a uma corrida de 100 metros rasos.

É dizer: concurso público é condicionamento. De nada adianta você sair em disparada e, ao final dos três primeiros meses, estar rastejando. O estudo para concursos jurídicos deve ser intenso, mas cadenciado. Desse modo, **reserve um dia na semana para descansar**. Neste dia procure não estudar, no máximo prepare a organização dos seus estudos para a semana seguinte.

Apenas com edital aberto e próximo do concurso é que sugerimos estudar todos os dias. Não é o caso agora. Não podemos nem mesmo cogitar a possibilidade de, uma vez saído o edital, você estar cansado. Esses parâmetros serão utilizados no nosso ciclo de estudos.

3.5 - CONCLUSÕES

Tomando por base a análise do que até aqui foi discutido nos itens 1 e 2 deste material, propomos a organização de um ciclo de estudos com as seguintes médias ponderadas de estudo:

DISCIPLINA	PESO
DIREITO CONSTITUCIONAL	3
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	3
DIREITO TRIBUTÁRIO	3
DIREITO ADMINISTRATIVO	3
FAZENDA PÚBLICA	3
DIREITO FINANCEIRO	2
DIREITO CIVIL	2
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	2
DIREITO URBANÍSTICO	1
DIREITO AMBIENTAL	1
DIREITO DO TRABALHO	1
PROCESSO DO TRABALHO	1

Assim, na distribuição da carga horária de estudo em **quatro meses e meio,** dedicaremos proporcionalmente o tempo segundo o peso estabelecido acima.

4 - PLANO DE ESTUDOS

Estabelecido o peso e as disciplinas que serão estudadas, é necessário definirmos quantas horas por dia o aluno pretende estudar. Aqui consideraremos que o candidato possua **quatro horas** por dia de estudos.

Possui mais horas por dia para se dedicar?

Possui menos horas por dia para se dedicar?

Envie-nos uma mensagem no instagram que podemos te enviar o cronograma adaptado.

Um estudo de quatro horas por dia, de segunda a sábado, gera o equivalente a um mil e trezentas horas de estudo por ano. Como dito anteriormente, tempo suficiente para o aluno ter uma boa preparação.

A semana será dividida com as matérias que devem ser estudadas onde o aluno deve intercalar a leitura dos livros digitais e/ou assistir às aulas em vídeo, conforme preferir. Em razão de nossos princípios, acreditamos que você deve priorizar o estudo ativo pela leitura dos livros digitais.

Necessária, ainda, a dedicação de parte de seu tempo semanal para revisões, justamente para resgatar o que fora estudado durante aquele dia e aquela semana.

Por fim, o estudo dos informativos dos Tribunais Superiores daquela semana não deve ser esquecido, sendo necessário reservarmos uma parte do estudo semanal para isto. Dessa forma, um ciclo semanal poderá ser distribuído da seguinte forma:

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
1	2	3	4	5	6	7
Dia livre	MAT 1 MAT 2 REVISÃO	MAT 3 MAT 4 REVISÃO	MAT 5 QUESTÕES REVISÃO	MAT 1 MAT 2 REVISÃO	MAT 3 MAT 4 REVISÃO	QUESTÕES REVISÃO INFORMATIVOS

Nada impede que você alterne a ordem dos conteúdos a serem estudados. Do mesmo modo, nada impede que você reserve outro dia para descanso.

O importante é que você cumpra as 24 horas líquidas de estudo ao longo da semana.

O importante é você ser honesto consigo mesmo.

Lembre-se: você é o único responsável por sua aprovação.

4.1 - HORAS LÍQUIDAS DE ESTUDOS

Outro ponto importante é que esse tempo de estudo é líquido. Vale dizer, você deverá passar 4,0 horas efetivamente estudando. Confira, a título ilustrativo como ficará a distribuição do seu horário:

Opção 01	
HORÁRIO	**DESCRIÇÃO**
07:45	organização pré-estudo
08:00 às 09:45	1º período de estudos
09:45 às 10:00	pausa
10:00 às 11:45	2º período de estudos
11:45 às 12:00	pausa
12:00 às 12:30	revisão

Opção 02	
HORÁRIO	**DESCRIÇÃO**
12:45	organização pré-estudo
13:00 às 14:45	1º período de estudos
14:45 às 15:00	pausa
15:00 às 16:45	2º período de estudos
16:45 às 17:00	pausa
17:00 às 17:30	revisão

Opção 03	
HORÁRIO	**DESCRIÇÃO**
18:45	organização pré-estudo
19:00 às 20:45	1º período de estudos
20:45 às 21:00	pausa
21:00 às 22:45	2º período de estudos
22:45 às 23:00	pausa
23:00 às 23:30	revisão

Naturalmente, estas são sugestões e não existe problema algum em uma alteração e quebra dos blocos de estudos ao longo do dia (um bloco no turno da manhã e outro à noite, por exemplo). O importante, ressalto, é que haja a dedicação diária.

4.2 - DEFINIÇÃO DAS MATÉRIAS ESTUDADAS

Como visto acima, existem matérias em concursos de advocacia pública que são muito mais relevantes que outras. Com base nos pesos definidos no **item 2.5**, entendemos que o caminho ideal para o aluno **iniciante** é focar nas matérias que mais são cobradas inicialmente.

Se o aluno domina **Constitucional, Administrativo, Tributário, Processo Civil e Fazenda Pública em Juízo**, ele já terá bons resultados em um concurso de advocacia pública, o que o deixará com motivação para seguir e estudar as demais matérias.

Pensamos, então, em uma meta de **3 meses** de estudos -> **90 (noventa)** dias.

A ideia seria focar exclusivamente nas matérias que mais caem com 4 horas de estudos por dia. O plano ficaria assim durante as duas primeiras semanas:

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
Dia 1	**Dia 2**	**Dia 3**	**Dia 4**	**Dia 5**	**Dia 6**
CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	REVISÃO DO CONTEÚDO - 2H
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	QUESTÕES - 2H
Dia 8	**Dia 9**	**Dia 10**	**Dia 11**	**Dia 12**	**Dia 13**
CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	REVISÃO DO CONTEÚDO - 2H
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	QUESTÕES - 2H

Percebam que definimos as seguintes premissas: 5 matérias estudadas apenas, com blocos de questões e revisões de conteúdo aos sábados. Mas vejam, cada matéria você estudará durante 2 horas e o ciclo que definimos acima havia sido de 1 hora e 45 minutos.

Assim, diariamente você fará quanto àquela determinada matéria 1 hora e 45 minutos e estudos e 15 minutos de revisão.

Combinado?

E como ficariam as semanas seguintes?

Nas semanas seguintes, especificamente na terceira semana (no vigésimo dia de estudos), acreditamos que você já estará empolgado com os estudos. Assim, já começaremos a estabelecer uma meta de revisão e de simulados com questões um pouco maior.

O que acham? Vejam a proposta de calendário para as semanas seguintes:

Dia 15	Dia 16	Dia 17	Dia 18	Dia 19	Dia 20
CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	**REVISÃO DO CONTEÚDO - 4H**
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	**QUESTÕES - 4H**
Dia 22	**Dia 23**	**Dia 24**	**Dia 25**	**Dia 26**	**Dia 27**
CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	**REVISÃO DO CONTEÚDO - 4H**
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	**QUESTÕES - 4H**
Dia 29	**Dia 30**	**Dia 31**	**Dia 32**	**Dia 33**	**Dia 34**
CONST - 2H	ADMIN - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	**REVISÃO DO CONTEÚDO - 4H**
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	**QUESTÕES - 4H**

No final deste ciclo de **3 meses**, o aluno terá estudado na seguinte proporção cada matéria, demonstrada na tabela a seguir:

MATÉRIA	TEMPO (H)
ADMINISTRATIVO	62
CONSTITUCIONAL	62
PROC CIVIL	56
TRIBUTÁRIO	54
FAZENDA PÚBLICA	50
REVISÃO AO FIM DA SEMANA	40
QUESTÕES	40

Percebam que 50 (cinquenta) horas de estudos é tempo suficiente para você ver todas as aulas em vídeo do nosso curso sobre a atuação da Fazenda Pública, com carga horária estimada de 44 (quarenta e quatro) horas.

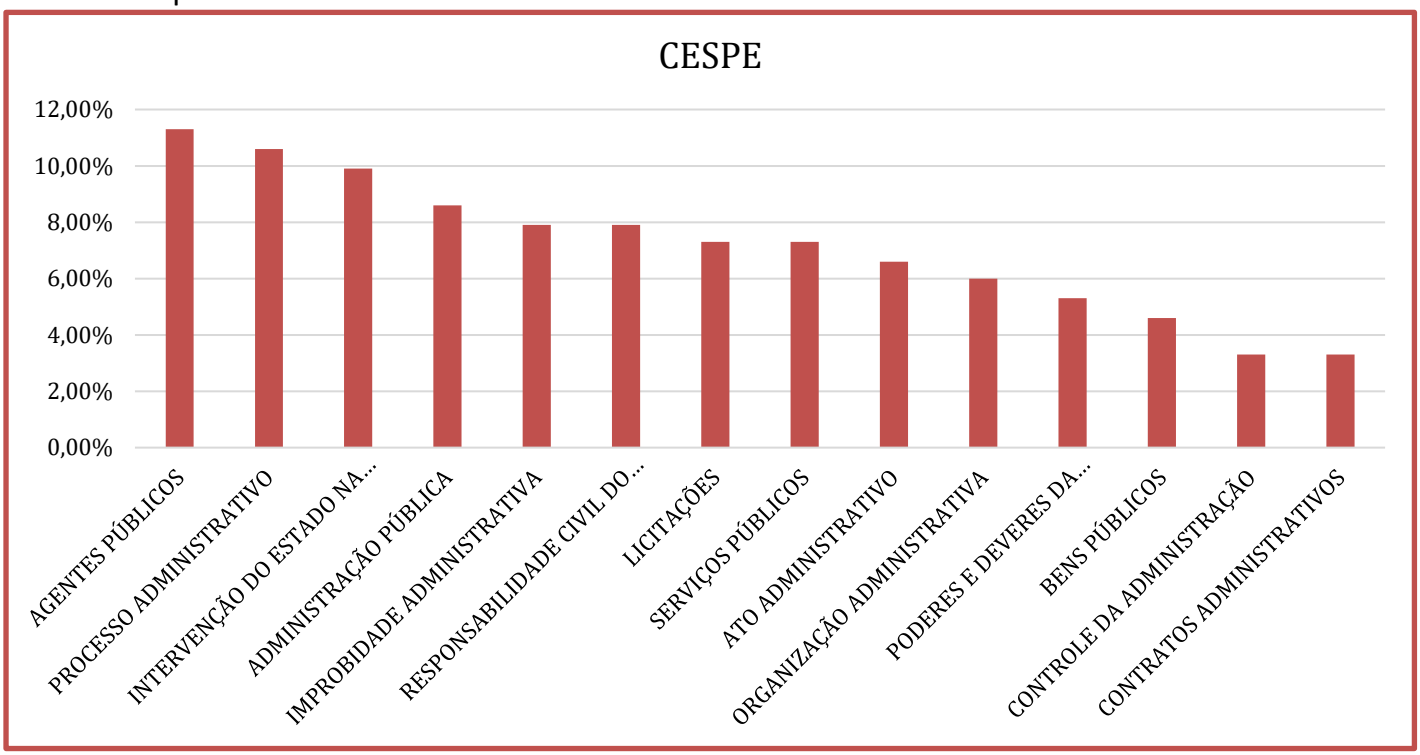
https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/aspectos-de-direito-proc-civil-aplicados-a-fazenda-publica-p-pgm-contagem-procurador-pos-edital/

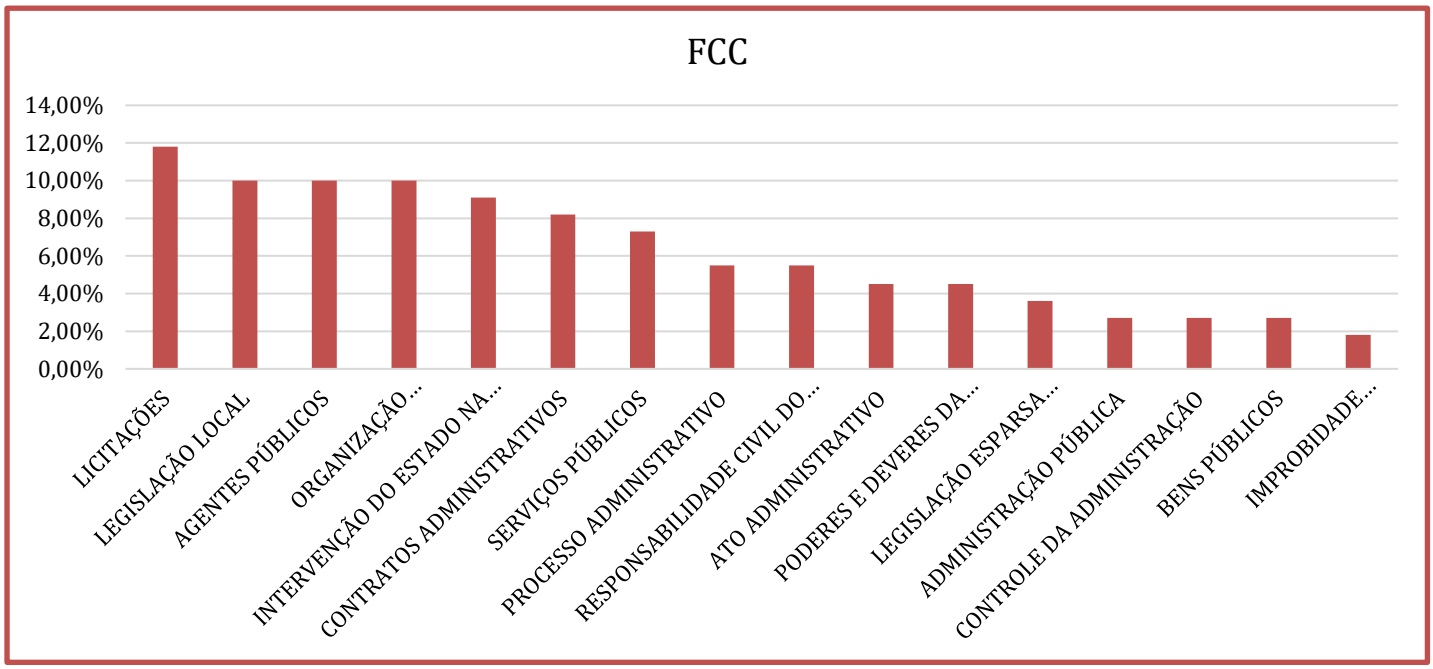
E não só isso.

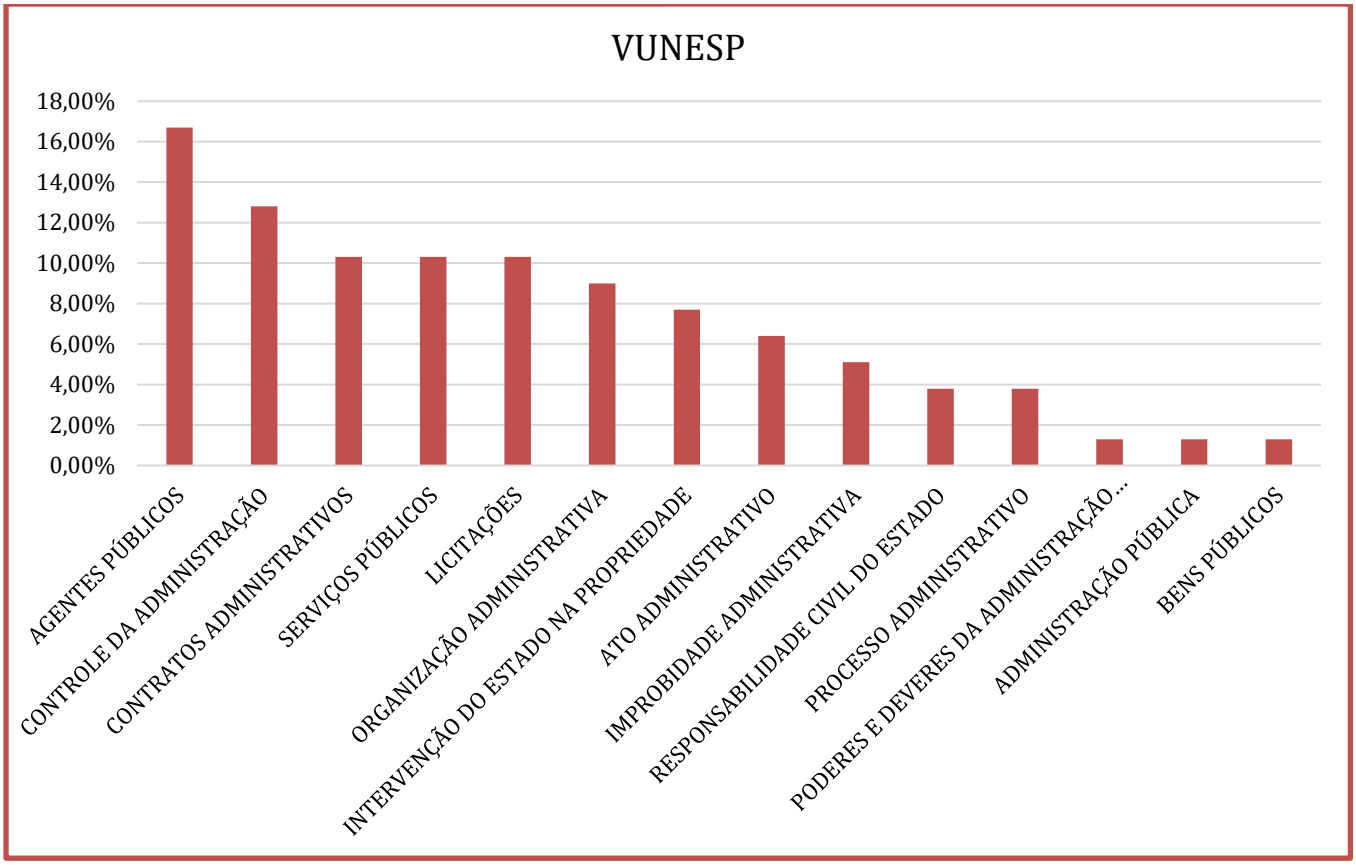
Dentro da disciplina Fazenda Pública, existem matérias relativas ao Direito Administrativo, Constitucional, Tributário e Processo Civil. Desta forma, estudando este bloco de 5 matérias, confiamos com bastante segurança que você estará muito preparado nestas matérias.

4.3 - MAS POR ONDE COMEÇAR?

Entendemos também que existem assuntos que devem ser priorizados com uma maior relevância em relação a outros. A título de exemplo, vamos pegar a Disciplina de **Direito Administrativo**. Fizemos uma análise estatística das bancas CESPE, FCC e VUNESP quanto às questões de 1ª fase de concursos de advocacia pública dos últimos cinco anos. Eis os dados que encontramos:







Percebam que – a julgar pelas estatísticas – nas principais bancas que fazem concursos de advocacia pública no Brasil, o estudo do tema **agentes públicos** precisa ser priorizado, principalmente quando cotejado com o tema **bens públicos**.

4.4 - COMO ESTUDAR QUESTÕES?

O estudo por questões é bastante relevante seja para o acompanhamento da sua evolução como também para análise das possíveis "pegadinhas" que as bancas tentam aplicar.

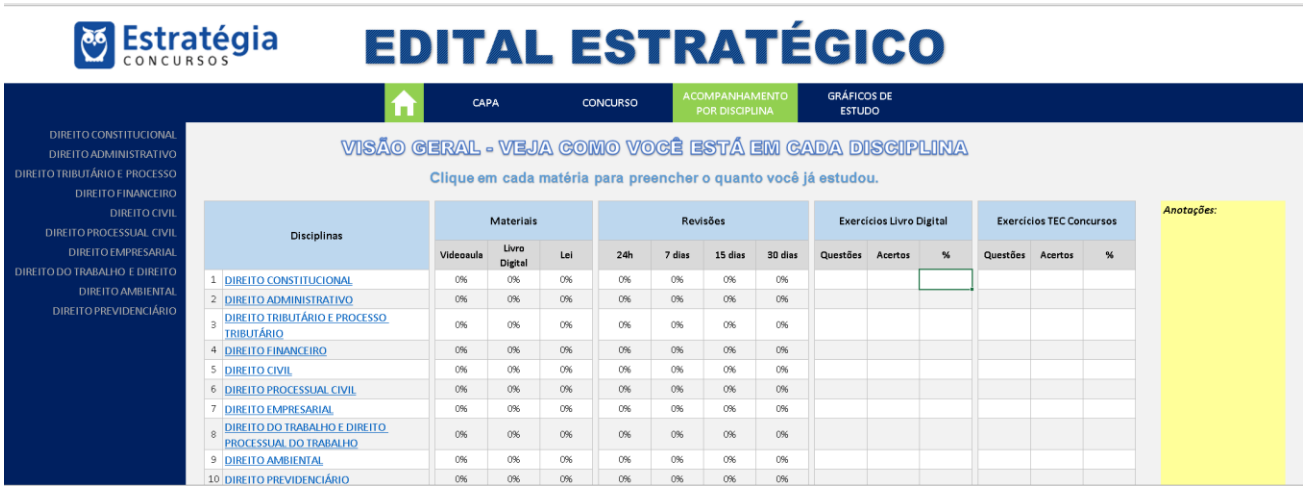
Neste estudo recomendamos a utilização do sistema TEC Concursos, onde os eventuais erros dos alunos põem ser sanados com comentários das questões feitos por professores.

www.tecconcursos.com.br

4.5 - COMO MONITORAR MEUS ESTUDOS?

Durante os seus estudos, é fundamental que você acompanhe a sua evolução. Abaixo deixaremos o link de uma planilha que preparamos para o seu acompanhamento. Esta planilha foi feita com base no edital da PGM Curitiba, concurso realizado pela banca UFPR.

Contudo, o aluno que está em uma situação inicial deve se guiar por esta planilha, uma vez que extremamente similar à maioria dos editais para procuradorias. Basta clicar na imagem a seguir e você será direcionado para **fazer o download** da planilha.



	Disciplinas	Materiais			Revisões				Exercícios Livro Digital			Exercícios TEC Concursos		
		Videoaula	Livro Digital	Lei	24h	7 dias	15 dias	30 dias	Questões	Acertos	%	Questões	Acertos	%
1	DIREITO CONSTITUCIONAL	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%						
2	DIREITO ADMINISTRATIVO	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%						
3	DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSO TRIBUTÁRIO	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%						
4	DIREITO FINANCEIRO	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%						
5	DIREITO CIVIL	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%						
6	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%						
7	DIREITO EMPRESARIAL	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%						
8	DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%						
9	DIREITO AMBIENTAL	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%						
10	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%						

Quer saber como utilizar esta planilha? Veja este vídeo que preparamos:

https://www.youtube.com/watch?v=UBPb0_lS444&t=2157s

4.6 – PROFESSORES, AINDA TENHO DIFICULDADES.

Por onde posso começar? Não consigo entender.

Amigos,

Elaboramos um esboço que pode ser útil (um passo a passo interessante) com um planejamento para os próximos 30 dias.

Vejam o que vocês acham.

Abraços,

Quaisquer dúvidas, críticas ou sugestões, mandem-nos uma mensagem nas redes sociais!

Grande abraço,

Prof. Ricardo Torques

Prof Igor Maciel